

DEMOCRACIA E SERVIÇO SOCIAL: SOBRE O REVISIONISMO CONSERVADOR DA RENOVAÇÃO CRÍTICA

democracy and social service: on the conservative revisionism of critical renewal

Ana Samilly Alexandre Moreira¹
Cynthia Studart Albuquerque
Evelyne Medeiros Pereira

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma breve reflexão em torno da crise democrática e das tendências atuais do contexto político e econômico da sociedade brasileira, atentando para alguns dos seus principais desdobramentos para o Serviço Social, particularmente para o legado da renovação crítica da profissão. Dentre esses, o destaque para as expressões do conservadorismo reacionário e autoritarismo nas dimensões teórico-metodológica, político-organizativa bem como no arcabouço legal e institucional do Serviço Social brasileiro, configurando-se como disputas em curso e ameaças ao projeto e ao estatuto profissionais. Por se tratar de um ensaio teórico, a metodologia empregada baseou-se fundamentalmente na pesquisa bibliográfica e no estudo de importantes autores/as, clássicos e contemporâneos, do pensamento social crítico.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Serviço Social. Conservadorismo reacionário.

ABSTRACT

This article aims to present a brief reflection on the democratic crisis and the current trends in the political and economic context of Brazilian society, paying attention to some of its main developments for Social Work, particularly for the legacy of the critical renewal of the profession. Among these, the emphasis on the expressions of reactionary conservatism and authoritarianism in the theoretical-methodological, political-organizational dimensions as well as in the legal and institutional framework of the Brazilian Social Service, configuring themselves as ongoing disputes and threats to the project and the professional status. As it is a theoretical essay, the methodology used was fundamentally based on bibliographic research and on the study of important authors, classic and contemporary, of critical social thought.

KEYWORDS: Democracy. Social service. Reactionary conservatism.

¹ Autor correspondente: Ana Samilly Alexandre Moreira – E-mail: assamilly@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão democrática atravessa a história do Serviço Social brasileiro, de forma mais contundente, a partir do final dos anos 1970, quando setores representativos da profissão se posicionaram na luta contra a ditadura militar e em defesa do Estado democrático e de direito, expressos pelo movimento das “Diretas Já” e pela Constituinte de 1988. As reivindicações na sociedade pelos chamados “direitos de cidadania”, conjugadas às iniciativas das organizações de trabalhadores/as e suas pautas históricas, reposicionaram o projeto profissional, agora, aliado a um novo projeto societário. Este, contudo, nasce também das entranhas de uma profunda crítica ao conservadorismo profissional e passa a reivindicar uma sociedade “radicalmente democrática”. Desse modo, temas como Estado, democracia, cidadania, lutas sociais e direitos passaram a fazer parte do cotidiano da formação e do exercício profissional do Serviço Social, presentes não apenas no debate teórico, mas também nos instrumentos normativos que orientam o trabalho dos e das assistentes sociais, a exemplo do vigente Código de Ética Profissional de 1993.

Esse processo implicou na construção de um novo projeto profissional situado ético e politicamente no horizonte dos interesses e das necessidades da classe trabalhadora. Foi construída uma unidade na diversidade dos sujeitos profissionais em torno de valores e princípios democráticos fundados na luta por direitos civis, sociais e humanos, tais como a defesa da liberdade, da cidadania, da justiça social, a recusa ao autoritarismo e a todas as formas de preconceito e discriminação. Esses elementos configuram a base do Projeto Ético-político do Serviço Social (PEPSS), conformado na luta por direitos e na defesa de outra ordem societária sem dominação, exploração de classe, raça/etnia e gênero, tal como destacou Ivanete Boschetti na ocasião do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS, 2019).

Contudo, o avanço do pensamento conservador reacionário

e de valores antagônicos ao PEPSS têm tido permeabilidade no interior da sociedade brasileira e, conseqüentemente, da categoria dos/as assistentes sociais, expressando-se também através da disputa da direção social do projeto profissional. Ao mesmo tempo, os sujeitos coletivos do Serviço Social brasileiro, representados pelo Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS, reafirmam o compromisso e a direção da profissão coadunados às necessidades da classe trabalhadora, à defesa da democracia e à luta por direitos, que tomam nesse contexto

uma natureza ainda mais radical.

Diante do cenário desafiador não apenas para o Serviço Social, mas para as/os trabalhadoras/as como um todo, em meio à crise estrutural do capital, o aprofundamento da crise da democracia brasileira, o avanço do autoritarismo do mercado e o recrudescimento do padrão autocrático de dominação burguesa via Estado, tendo como expressão mais contemporânea o governo Bolsonaro e a ascensão de forças neofascistas em seu entorno, com plena ofensiva às liberdades democráticas e aos direitos sociais, nos perguntamos: como pensar táticas viáveis para construção de uma correlação de forças mais favorável a garantia das necessidades sociais da classe trabalhadora e, conseqüentemente, a reafirmação da direção social estratégica do PEPSS brasileiro nos dias de hoje?

Certamente, é necessário recorrermos aos ensinamentos que nos dizem o quanto da história parece, aos nossos olhos, se repetir: “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, [1852] 2008). Para tanto, nos propomos perfazer um caminho breve neste ensaio teórico, realizado através de pesquisa bibliográfica, que nos permita, por um lado, identificar alguns aspectos que constituem o Brasil como formação social particular dentro de um movimento universalizante do capital; por outro, situar os reflexos desse processo no Serviço Social brasileiro e em seu projeto profissional, a fim de identificarmos como e por quais meios o velho, travestido de Novo, continua marchando em busca de seu cortejo triunfal, levando consigo o Novo e o exibindo como Velho (BRECHT, [1913-1956] 2003).

2 A DEMOCRACIA NA FACE ATUAL DA MODERNIZAÇÃO DO ATRASO

A realidade brasileira vem se conformando de forma particular no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial. No texto Notas sobre o Fascismo na América Latina, de 1971, Florestan Fernandes nos diz que “o fascismo não perdeu como realidade histórica, nem seu significado político nem sua influência ativa”. Ou seja, o fascismo persistiu até hoje, de modo difuso ou como uma poderosa força política organizada contra, não apenas, a todos os movimentos socialistas como também aos próprios processos de democratização. Trata-se de uma força muito moderna, embora parte da nossa herança colonial, prendendo a história do Brasil e da América Latina a um passado que deveria estar morto e que foi ressuscitado pelas forças da modernização dependente (FERNANDES, [1971] 2015, p. 33).

Vivemos um processo de fascistização que impregna socialmente todas as estruturas

de poder no seio da sociedade, expresso na configuração autocrática do Estado brasileiro. O tempo presente demonstra não apenas a validade, mas o pleno vigor do capitalismo dependente orquestrado pela funcionalidade do atraso. Estamos diante da expressão contemporânea do padrão autocrático burguês no Brasil que carrega consigo os traços do escravismo colonial e a aversão sociopática dos setores dominantes às mudanças sociais, traço cada vez mais comum não apenas por aqui, realinhando o país ao novo imperialismo no contexto da endêmica crise capitalista (HARVEY, 2014).

Diante disso, a burguesia brasileira demonstra, hoje ainda mais, que não assume, nem nunca assumiu “o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe é vantajoso” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 204). A decadência ideológica da burguesia e de seu projeto de sociedade toma novo fôlego no momento da profunda crise capitalista, em que os níveis exigidos de acumulação privada de riquezas, de manutenção e elevação da taxa de lucros são cada vez mais incompatíveis com as condições demandadas pelo processo de democratização, mesmo dentro dos limites estritos da revolução dentro da ordem (FERNANDES, [1981] 2015). Ao contrário, são (re)acionados mecanismos arcaicos, com viés ultraliberal, de expropriação das riquezas nacionais e de superexploração da força de trabalho como parte constitutiva do modus operandi para além da escala regional.

Na verdade, a história em escala mundial demonstra a relação orgânica entre as crises capitalistas e a ascensão do conservadorismo reacionário, cuja expressão maior se deu nas experiências autoritárias pós-crise de 1929 na Europa, isto é, o fascismo italiano e o nazismo alemão. Da mesma forma, observa-se uma crescente ascensão da extrema-direita supremacista branca após a crise dos anos 1970, nos Estados Unidos, a partir da eleição de Regan e sua amplificação após a crise de 2008, culminando na eleição de Donald Trump, mas não somente. Identifica-se, diante da agudização da crise capitalista, a chegada ao poder de inúmeros líderes autoritários representantes de interesses vinculados desde os setores da grande burguesia ao fundamentalismo religioso, como Orbán na Hungria, Salvini na Itália, Kurz na Áustria, Erdogan na Turquia e Bolsonaro no Brasil (CARAPANÃ, 2018).

É necessário adiantar que a democracia jamais foi um pressuposto central para o capitalismo, sendo descartada sempre que preciso. Nesse sentido, o avanço do capitalismo em sua fase contemporânea “exige um processo de desdemocratização, ou seja, uma retirada progressiva da possibilidade de decisões democráticas ou oriundas da maioria de interferir na

ordem econômica” (ALMEIDA, 2018, p. 32). De forma extremamente agressiva, lança mão da opressão e do arbítrio selvagem, na tentativa de acumular sem limites.

É evidente que os parâmetros de realização da democracia burguesa são extremamente contraditórios e se desenvolvem de forma diferenciada entre os países imperialistas e dependentes. Nestes últimos, o caráter subordinado e com resquícios coloniais, tendem a aprofundar o enfraquecimento do Estado garantidor de direitos sociais e nacionalmente soberano, além da permanente tentativa de fragmentação da classe trabalhadora e destruição dos ideários que alimentam os movimentos e as lutas sociais (SANTOS, 2007).

Tal como a experiência brasileira recente, em que os ganhos permitidos no período de ascensão dos governos neodesenvolvimentistas, por meio da ampliação, mesmo que restrita, da democracia e dos direitos (civis e sociais), tornaram-se demais frente às necessidades atuais de reprodução do capital, conjugadas ao padrão autocrático burguês historicamente instituído neste país. O pacto social viabilizado pela política de conciliação de classes, naquele formato, tornou-se incompatível com as necessidades de recomposição das taxas de lucro do capital. Por outro lado, a melhoria das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora passou a representar uma ameaça ao autoprivilegiamento histórico da burguesia brasileira. Isto, somado à ausência da construção de força social por parte desses governos, favoreceu a disputa política pelos setores de extrema-direita e a operação de seus mecanismos de hegemonia econômica, política, cultural e moral. Como resultado, identificamos o desdobramento de mais um Golpe na história do país, mais um passo da contrarrevolução preventiva (FERNADES, 2006) da burguesia brasileira associada aos interesses do grande capital internacional.

O que temos constatado é a conformação de um amplo e articulado jogo entre as frações intra-burguesas que tentam a todo custo limpar o meio de campo, retirando finalmente dos setores populares e de esquerda a capacidade de jogar. Isto por intermédio de uma unidade, ainda que fraturada e cheia de emendas, em torno do programa econômico ultraliberal, difícil de ser implementado pela via da ampliação democrática. Ademais, o conservantismo cultural, a militarização (e “milicianização”) da vida social e o autoritarismo bolsonarista tensionam a institucionalidade democrática. Processos estes agudizados no contexto da atual crise sanitária e política. Poderíamos dizer, portanto, que a atual crise da democracia brasileira significa a “composição decomposta” ou uma “decomposição composta” entre neoliberalismo, neocolonialismo e neofascismo.

Outra determinação importante nesse processo é o crescimento do fundamentalismo religioso na América Latina, associado à chamada teologia da prosperidade, fundamenta o neopentecostalismo, tendência presente em várias denominações de igrejas cristãs (católicas e evangélicas). A utilização seletiva de textos sagrados reforça estruturas socioeconômicas, políticas, culturais e comportamentais, tendo como característica central a intolerância, o fanatismo e a absolutização da verdade. Assim, a religião ganha novos adendos, especialmente, em meio a uma formação social que carrega consigo a marca de uma descolonização interrompida.

Atrelado a isso, a centralidade na família tradicional, nos moldes burgueses e heteronormativos tomam relevo. Não por acaso, o reforço a essa instituição tão funcional à manutenção da coesão e harmonia social para a defesa primordial da propriedade privada. Conforme Miguel (2018), a aliança entre o ultraliberalismo e o conservadorismo reacionário tem como inimigo comum o Estado Democrático e de Direito, seja por regular as relações econômicas, seja por “reduzir” a autoridade patriarcal ao reconhecer determinados direitos civis e sociais. Se no passado o Estado Democrático e de Direito foi funcional à reprodução ampliada do capital, como no período de ouro do capitalismo, hoje não o é. Cada vez mais o capital, na sua centrifugalidade destrutiva, impescinde do autoritarismo para a sua continuidade.

Os sistemas de proteção social passam a ser extremamente desestruturados e mercantilizados, a partir da justificativa de que não pode haver limites ao desenvolvimento econômico e à obtenção de lucros e, nesse sentido, o Estado passa a servir sumariamente aos super-ricos. Os direitos e garantias fundamentais passam a ser descartáveis, em um movimento de completa banalização das vidas, sobretudo, dos pobres.

Em outra perspectiva, recorrente em algumas análises mais recentes, além desses aspectos, o Estado estaria absorvendo as perspectivas de uma “política de morte” ou, nos termos de Mbembe (2016), uma “necropolítica”, onde os interesses das classes dominantes, as questões de segurança pública e a resolução das desigualdades sociais são resolvidas a partir da execução sumária dos indesejáveis nesta sociedade. Quando não executados, esses/as sujeitos/as são inseridos em “mundos de mortes”, “formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2016, p. 146).

É também reflexo da barbárie do nosso tempo histórico o que Dardot e Larval (2016,

p. 344) denominam de racionalidade neoliberal, sustentada na ideia de que os indivíduos são sujeitos empreendedores de si, em contínua competição e concorrência com os outros “empreendedores”. Em contrapartida, essa racionalidade exige que o sujeito neoliberal se supere continuamente, seja flexível e se adapte às mudanças e necessidades do mercado e abrace os riscos. Essa infinita responsabilização dos indivíduos por seu próprio destino, sempre atendendo ao imperativo (inalcançável) de ser “bem-sucedido e feliz”.

Obviamente essas direções encontram fecundidade nas condições materiais de vida da classe trabalhadora que pelo desemprego estrutural, fragilização das políticas públicas e aumento da pobreza e violência, acaba por estarem inseridos em um espaço cada vez mais fragmentado, individualista e inseguro. É essa insegurança, articulada a outras estruturas de opressão, como o racismo e o patriarcado, que subsidiam a reprodução de processos de desumanização, tais como o genocídio da juventude negra, a LGBTfobia, a xenofobia, a misoginia, a intolerância religiosa e outros.

É, portanto, com base nessas circunstâncias históricas que entendemos a “política do Golpe” como política do extermínio, da devastação, do ódio, da expropriação desmedida e do embrutecimento cultural, desde as privatizações e as formas autoritárias de retirada de direitos historicamente e duramente conquistados aos inúmeros crimes ambientais que, nesse contexto, tomam novo contorno, tal como nos apresenta o trecho abaixo retirado da Carta de Belém produzida na ocasião do 48º Encontro Nacional CFESS-CRESS:

Os criminosos incêndios e os desmatamentos na Amazônia; o rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho (MG); as enchentes e alagamentos constantes nas cidades brasileiras; as alterações climáticas são as expressões mais concretas e imediatas de um processo estrutural. Tais “episódios”, que parecem isolados, possuem a mesma determinação, são consequências das insolúveis contradições do capitalismo, que, diante da grande crise, expressa a sua face anticivilizatória, a partir de uma direção neocolonial, ultraliberal e neofascista (CFESS, 2019, p. 01).

Tais tendências não poderiam isentar o Serviço Social brasileiro de suas incidências, tanto do ponto de vista de uma maior precarização do exercício e da formação profissional, decorrente dos ataques aos direitos sociais e trabalhistas, como de tensionamentos internos de grupos que expressam esse reacionarismo no interior da profissão. Surgem e ressurgem, como desdobramentos desse processo, projetos profissionais que anunciam um verdadeiro retorno ao passado com base em críticas muito semelhantes àquelas já feitas pelos conservadores

diante da emergência da renovação crítica da profissão no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Buscam, assim, resgatar elementos que, no nosso entendimento, compõem o revisionismo conservador ao legado da renovação crítica do Serviço Social no Brasil.

Isto como parte de uma engrenagem voltada para adequar a profissão e suas entidades aos novos/velhos interesses do capital. Engrenagem, esta, composta por mecanismos ideopolíticos conservadores, fundados no liberalismo e em conteúdos moralistas e sensoriais, empenhados a falsear e deturpar concepções centrais para a profissão. Dentre estas, o próprio sentido da questão democrática.

Na próxima sessão nos debruçaremos melhor sobre essa questão, parte do atual processo de ofensiva neoconservadora na profissão.

3 RENOVAÇÃO CRÍTICA E PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: AMEAÇAS E DISPUTAS EM CURSO

A crise capitalista e as medidas de restauração conservadora vêm apresentando diversos desdobramentos sobre a questão social e suas expressões em escala global, bem como as formas de enfrentamento por parte do Estado, suscitando novas exigências às práticas profissionais, aos processos de formação profissional e à organização das categorias de trabalhadores/as, em particular, de assistentes sociais.

Dirigindo nossa atenção para a realidade mais recente do país, observamos evidentes ameaças às atribuições e competências profissionais e novos (e velhos) dilemas postos à profissão, atualizando e recompondo disputas em torno do projeto profissional expressas, por exemplo, por meio do revisionismo teórico à renovação crítica do Serviço Social, como também, na ampliação de práticas de cunho disciplinador, moralizador e punitivo da classe trabalhadora.

Na verdade, a ofensiva neoconservadora está empenhada em construir mecanismos de desqualificação, deturpação e deslegitimação no seio da categoria profissional do legado da Virada, da sua onda progressista que possibilitou a “constituição de uma nova cultura profissional, essencial na definição de uma direção social estratégica” (MOTA, 2019, p.169).

Essa realidade demanda uma reflexão sobre a hegemonia da direção crítica para o Serviço Social, tanto no âmbito do exercício profissional como na formação acadêmica. Esta,

conformada a partir dos parâmetros apoiados em uma formação crítica, continuada e qualificada, conjugada ao exercício de uma deontologia respaldada em condutas e valores sociais como a liberdade, democracia, cidadania, igualdade, justiça social e o respeito à diversidade, que contrasta com as reconfigurações do Estado, dos processos de trabalho e dos padrões ideológico-científicos que exigem cada vez mais um profissional estéril de projetos coletivos.

Tais circunstâncias aliadas à mudança no perfil profissional, produzido por uma formação precária e aligeirada, em meio a uma conjuntura adversa, conforme caracterizamos, tende a intensificar o aumento do desemprego na área de Serviço Social; a redução salarial, a precarização e insegurança no trabalho; a “pejotização” das relações de trabalho; a consolidação de um “exército assistencial de reserva” e a despolitização da categoria, são aspectos que poderão comprometer decisivamente a direção social do projeto profissional (IAMAMOTO, 2011).

Braz e Teixeira (2009) indicam elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social, quais sejam: a explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica em que se ancora; a crítica radical à ordem social vigente reprodutora de desigualdades; as lutas e posicionamentos políticos acumulados por meio da organização política em aliança estratégica com setores da sociedade brasileira.

De acordo com os autores, para que esses elementos se objetivem e se expressem na realidade, contam com componentes que lhes dão materialidade, ou seja, que estruturam o projeto profissional: a) a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) as instâncias político-organizativas, que envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão; c) a dimensão jurídico-política, na qual se constitui o arcabouço legal e institucional, envolvendo duas esferas distintas embora articuladas, quais sejam: as legislações profissionais por meio do conjunto de leis e resoluções que orientam e disciplinam o exercício profissional e as legislações sociais que objetivam os direitos e estruturam o conjunto de políticas sociais.

Nesse sentido, observamos severas ameaças ao PEPSS em curso, consubstanciadas por:

a) Conjuntamente a ascensão de ideologias reacionárias e neofascistas que proclamam uma verdadeira “caça às bruxas” ao pensamento crítico como a chamada “escola sem partido”, a perseguição ao “marxismo cultural” e à “ideologia de gênero”. Emerge no interior

do Serviço Social brasileiro um conjunto de ideias que expressam um retorno ao passado, reivindicando o legado do “arranjo teórico-doutrinário”, em outras palavras, do “Serviço Social Tradicional” contra a direção do PEPSS, em suas produções teóricas como as “23 Teses pela Reforma do Serviço Social brasileiro” e no livro digital “Serviço Social para corajosos”. Isto nos faz lembrar dos elementos já tão bem elencados por José Paulo Netto, na década de 1980, sobre a crítica conservadora à reconceitualização, o que estamos denominando como revisionismo conservador à renovação crítica.

b) Nas últimas eleições do Conjunto Cfess-Cress, vários estados foram cenários de disputas pela direção dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS’s), por grupos políticos conservadores encampando pautas que, em sua maioria, vinculadas aos interesses do mercado e divergentes a compreensão ético-política das entidades da profissão. Outras tentativas estão em curso no intuito de deslegitimar e desqualificar a função político-administrativa dos conselhos, por meio de campanhas populistas, disseminação de fake news e ataques às entidades nas redes sociais. Junto a isto, iniciativas encampadas pelo governo Bolsonaro, em aliança com tais grupos, que buscam aniquilar as organizações da classe trabalhadora, como sindicatos e conselhos de classe, a exemplo do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 108/2019 que altera a natureza jurídica dos conselhos profissionais e institui a não obrigatoriedade de inscrição. Na prática isso significa a desregulamentação e desprofissionalização das profissões; a desproteção da sociedade e o acirramento da competitividade no mercado de trabalho, isto é, “do salve-se quem puder”.

c) O mercado passou a requerer um trabalhador polivalente com novas características técnicas e sociointelectivas, capaz de ocupar diferentes funções e postos de trabalho, implicando num processo de desespecialização do trabalho contemporâneo, inclusive, por meio do questionamento às legislações profissionais e a imposição de novas competências e atribuições divergentes àquelas garantidas legalmente pelas regulamentações das entidades. Nesse sentido, o Serviço Social neoconservador reivindica, por exemplo, a inserção de assistentes sociais em espaços ocupacionais que requisitam atribuições e competências profissionais que contrariam as direções teóricas, éticas e técnicas construídas coletivamente pela categoria, como o Serviço Social clínico e/ou terapêutico e a prática de Coaching. Além disso, organizações empresariais ajuízam representações no campo judiciário de questionamento às resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, a exemplo do processo apresentado pela Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) que resultou

na suspensão da obrigatoriedade de apresentação da declaração de estágio para o registro profissional. E ainda, o mercado tem exigido uma série de alterações nas legislações sociais que desregulam as políticas sociais e trabalhistas, incidindo diretamente nas condições de trabalho e de viabilidade do exercício profissional dos/as assistentes sociais.

Desse modo, o PEPSS não se apresenta como compreensão única sobre a profissão, bem como sobre a relação entre Estado e sociedade, sobre o papel das políticas sociais, a concepção de ética e, portanto, de prática profissional. “Ou seja, existem diferentes referenciais teórico-metodológicos [e ético-políticos] na análise da vida social e da profissão e temos projetos que possuem direção social distintas em disputa” (SANTOS, 2012, p. 51, grifos nossos). O certo é que, desde a constituição do Serviço Social como profissão, a conjuntura política e o mercado tensionam constantemente para mudanças de nossas competências e atribuições profissionais. Estamos, então, diante de novas (e velhas) ameaças conservadoras que reivindicam um estatuto e uma cultura profissional que não encontram qualquer subsídio nos valores e nos princípios do projeto profissional edificados pela renovação crítica e todo o legado da intenção de ruptura com o conservadorismo iniciado há 40 anos no Congresso da Virada.

O cenário nos parece um tanto nebuloso e desanimador, contudo, ao contrário das teses endógenas e fatalistas, as contradições continuam possibilitando a construção de estratégias coletivas de resistência e enfrentamento ao conservadorismo, não apenas na profissão, mas no conjunto da sociedade, tal como a articulação em defesa do serviço social crítico e a unidade das diferentes forças progressistas na profissão em defesa do projeto ético-político. Tal defesa certamente nos põe a responsabilidade e o compromisso com o conjunto de lutas e conquistas históricas da classe trabalhadora que se consubstanciam na defesa intransigente da democracia e no enfrentamento ao neofascismo como expressão contemporânea da ditadura do grande capital (IANNI, 1981).

4 CONCLUSÃO

A síntese apresentada neste ensaio teórico não busca expor conclusões definitivas, mas realiza o esforço de apresentar algumas tendências, contradições e desafios postos, não apenas aos sujeitos que cotidianamente, na singularidade de seu trabalho profissional, constroem e materializam a direção ético-política da profissão, como também aos/as trabalhadores/as, em

geral, que lutam pela construção de outra forma de sociabilidade.

A profissão, atualmente, enfrenta no país a sua maior ameaça desde a Virada, diante da “cultura regressiva da crise” (MOTA, 2019, p. 174) e de uma barbárie produzida. Os reflexos deste processo logo se apresentam à profissão, tanto como solo propício para a (re)atualização do conservadorismo, a exemplo da defesa de um “rearranjo teórico-doutrinário” do início da profissão e/ou do rebaixamento acadêmico que tendencialmente implica em um perfil profissional mais pragmático, tecnicista, acrítico e assistencial; quanto como possibilidade para construção de novas estratégias de resistência e enfrentamentos coletivos, que incidam de forma organizada nas contradições desse processo.

Nesse sentido, a conjuntura brasileira produzida pela confluência de crises capitalistas, quais sejam, econômica, ambiental, social, sanitária e democrática, desafiam a profissão nos processos de apreensão do movimento do real e de produção de respostas profissionais consonantes às necessidades da população usuária dos serviços sociais públicos. Precisamos estar atentos/as para isso. Do contrário, reforçaremos os equívocos históricos: de um lado, o “tecnicismo/pragmatismo” que se configura por um viés metodologista da atuação profissional em meio a uma cisão entre a teoria e a prática, muitas vezes manifestada na ideia de que existe determinado “limite” da teoria na sua “aplicação” prática ou de que “na prática a teoria é outra”. Cisão, esta, reatualizada pela defesa de um novo currículo que prepare o profissional para as exigências e requisições do mercado, tal como o Coaching, o Serviço Social clínico e demais funções ditas empreendedoras. De outro lado, observamos o espraiamento de um “academicismo/teoricismo” fundado na postura fatalista que se respalda na ideia dos direitos apenas como sujeição ao capital e participação na valorização do valor, portanto, da impossibilidade de disputa dos rumos da profissão hoje, decorrendo na inviabilidade do PEPSS.

Não basta apenas defender os princípios do PEPSS. É preciso que o Serviço Social brasileiro realize pesquisas e sistematizações teóricas, técnicas e éticas que orientem e fundamentem o exercício profissional, diante das inúmeras provocações à profissão em tempos de destruição das conquistas sociais decorrentes do amplo movimento democrático que culminou na Constituição de 1988. Se não conseguirmos dialogar com os desafios concretos do tempo presente, por meio de práticas renovadas que correspondam a demandas renovadas, as respostas produzidas pelo conjunto da categoria perderão o enraizamento no estatuto profissional e se tornarão práticas meramente residuais. Mesmo diante deste cenário,

é preciso lembrar que, assim como a história, nada é absoluto, e seu movimento demonstra que a luta de classes continua atravessando o Estado, a democracia, os direitos e a profissão.

Sabendo que o enfrentamento à barbárie não se dará à curto prazo, sem pretensão alguma de aventurar possíveis respostas, lançamos algumas pistas para a reflexão coletiva:

Do ponto de vista mais geral da classe trabalhadora, cada vez mais as lutas democráticas tornam-se tarefa fundamental. Neste momento, tomam maior fôlego pautas emergenciais de interesse dos/as trabalhadores/as, pois se relacionam com as condições de vida e sobrevivência, a exemplo da recomposição do Sistema Único de Saúde e a continuidade do seu caráter público e universal, de promoção da saúde ampliada em sua integralidade; a aprovação da renda básica permanente, em articulação com uma política de assistência social que, de fato, atenda a quem delas necessitarem; o enfrentamento às formas hiperprecarizadas de trabalho como a tendencial condição de "uberização", que se põe como uma forma de "servidão moderna" de amplos setores da classe trabalhadora; e a defesa inflexível da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, e da ciência como premissa para o desenvolvimento social e a soberania nacional. Para isso, medidas como a revogação da Emenda Constitucional nº 95, pondo fim ao congelamento dos gastos primários e a constituição de um sistema fiscal progressivo por meio da taxação das grandes fortunas e dos lucros e dividendos, por exemplo, são elementos centrais. Outrossim, a unidade da classe e a construção de uma agenda programática, que coadune os interesses populares, é imprescindível. Afinal, a história demonstra que, nos limites do capitalismo, as condições democráticas ainda são o melhor terreno para a luta de classes do ponto de vista das/os trabalhadores/as, permitindo melhor correlação de forças.

Particularmente, o Serviço Social brasileiro, como profissão e campo de conhecimento, tem muito a dizer e a contribuir a partir do seu acúmulo intelectual e político, desde a renovação crítica, por meio da sistematização da prática profissional e organizativa, conforme nos apontou recentemente Ana Elizabeth Mota (2020). Nos termos da autora, é urgente a construção de uma agenda temática, instrumental e pedagógica, envolvendo temas fundamentais para pensar a sociedade capitalista e a particularidade brasileira, as necessidades emergenciais do povo brasileiro e as respostas profissionais ensejadas pela profissão com base nas demandas populares.

Torna-se, portanto, fundamental para o Serviço Social ampliar seu enraizamento nos setores populares, contribuindo para a construção de força social por meio de estratégias

também intermediadas por uma educação popular que dialogue com o tempo presente e permita estabelecer os vínculos permanentes da profissão com as lutas e pautas do conjunto da classe trabalhadora. Isto não se dará sem o mais amplo diálogo e articulação com os mais diversos setores de trabalhadores/as que, de fato, darão densidade à luta social contra o neofascismo.

Para isso, é fundamental identificar as condições objetivas e subjetivas em que se encontram os sujeitos profissionais, particularmente diante do agravamento dos efeitos da crise capitalista em meio a pandemia de Covid-19, validando ainda mais o peso das macrodeterminações sociais nas demandas do cotidiano dos/as assistentes sociais. Tais demandas notadamente atravessadas e adensadas pela particularidade de uma formação social e regional onde a crise se apresenta com cores mais vivas e intensas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. Neoconservadorismo e Liberalismo. In: GALEGO, E. S. (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOSCHETTI, I. 40 anos da “virada” do Serviço Social o Brasil: história, atualidade e seus desafios. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GQ-ks7VG2So&t=1s>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRECHT, B. Poemas 1913-1956. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALEGO, E. S. (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CONSEHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Carta de Belém. 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/48EncontroCfessCress-CartaBelem2019.pdf>. Acesso em: 21

maio 2020.

DARDOT, P; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, [1975] 2006.

FERNANDES, F. Poder e contrapoder na América Latina. São Paulo: Cortez, [1981] 2015.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, O. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. 1a ed. São Paulo: Expressão Popular, [1852] 2008.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Revista Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALEGO, E. S. (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOTA, A. E. Desafios ao Serviço Social em tempos de pandemia. In: Live Conselho Regional de Serviço Social. Natal: CRESS/RN, 2020.

MOTA, A. E. 40 anos da virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios. In: MEDEIROS, E; NOGUEIRA, L; BEZERRA, L. (Orgs.). Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. Revista Serviço Social & Sociedade, Rio de Janeiro, n. 05, p. 62-71, 1980.

SANTOS, J. S. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, S. M. M. Desafios contemporâneos do Serviço Social e do conjunto CFESS CRESS. Revista Inscrita, Brasília, n. 13, p. 48-55, nov. 2012.